



PROJETO DE LEI Nº 005/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA (CONSEG) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas legais e de conformidade com o artigo 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, **SANCIONO** a seguinte LEI:

LEI

Art. 1º - Fica criado o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG) do município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, órgão de caráter consultivo, deliberativo e autônomo.

Art. 2º - São atribuições do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG:



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

- I - Articular com seus membros, conselheiros e lideranças comunitárias, diretrizes, normas, procedimentos e estratégias em prol da segurança pública, com base em dados estatísticos e fundamentação estritamente técnica;
- II - Convocar Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, Fóruns, Palestras, Semanas Temáticas e Conferências sobre segurança pública em nosso município;
- III - Sugerir, para os órgãos responsáveis, prioridades de ação na área de segurança nos assuntos e necessidades que envolvam o município de Almirante Tamandaré.
- IV - Formular estratégias e controlar a execução da Política Municipal a ser adotada para a segurança dos munícipes;
- V - Acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública e privada prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços na proteção do cidadão;
- VI - Buscar o permanente contato entre a comunidade e as forças policiais que atuam no município;
- VII – Planejar, estabelecer e implementar parcerias estratégicas, com membros e organismos privados e públicos, sempre visando a melhoria de processos e procedimentos na área da Segurança Municipal.
- VIII - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação;
- IX - dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação.



Art. 3º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG será composto por:

- 02(dois) Membros Natos;
- 15(quinze) Membros Eleitos;
- 03(três) Membros Honorários;

I – Membros Natos:

- **01 (um)** Membro da Polícia Militar do Estado do Paraná, na figura de seu Comandante local.
- **01(um)** Membro da Polícia Civil do Estado do Paraná, na figura de seu Delegado Chefe.

Parágrafo único: Aos membros natos, não cabe eleições, e os mesmos são designados nas figuras hierárquicas que representam na organização do qual fazem parte.

Caso haja a mudança de posto e ou transferência, do membro, o cargo de Membro do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG), **passa automaticamente para o seu sucessor.**

II – 15 (QUINZE) Membros eletivos e temporários, a saber:

- **Presidente;**
- **Vice-presidente;**
- **Diretor Administrativo;**
- **1º Secretário**
- **Diretor Financeiro;**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

- **1º Tesoureiro;**

- **Conselho de Fiscal**

Composto por 03(três) membros. (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

- **Conselho Deliberativo**

Composto por 03(três) membros que poderão ser designados após as eleições do CONSEG.

- **Conselho de Ética e Disciplina:**

Composto por 03(três) membros que poderão ser designados após as eleições do CONSEG, no prazo de 90 dias após a homologação.

Parágrafo único: Os membros do Conselho de Ética e Disciplina e do Conselho Fiscal não poderão acumular outros cargos no CONSEG.

III – Membros Honorários

- **Ministério Público**

- **OAB Paraná**

- **Poder Judiciário**

Art. 4º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública, (CONSEG), no que se refere a membros eletivos e temporários deverá ter a seguinte composição preferencialmente:

- 02(dois) representantes do Poder Executivo; nomeados pelo prefeito municipal, sendo 01(um) da secretaria da família, e ou ação social, e 01(um) da secretaria de educação.

- 02(dois) representantes do Poder Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

- 01(um) representante do Corpo de Bombeiros do Município.
- 01(um) representante da Defesa Civil do município.
- 01(um) representante do Batalhão de Polícia Rodoviária.
- 01(um) representante do Conselho Tutelar do Município.
- 01(um) representante do Núcleo de Proteção e Vigilância Municipal, e ou Guarda Municipal.
- 02 (dois) representantes de Igrejas Locais.
- 02(dois) representantes de Associações de Bairro e Moradores legalmente constituídas, em dia com suas obrigações fiscais e financeiras, devidamente comprovadas através de certidão de ausência de débitos.
- 02(um) representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Almirante Tamandaré (ACIATT).

Art. 5º - A eleição dos conselheiros se dará através de Eleições com data e hora a serem definidas pela comissão organizadora (Membros Natos) e caso exista apenas uma chapa inscrita, se dará por aclamação.

Art. 6º - Os conselheiros que integram o Conselho Comunitário de Segurança Pública – (CONSEG) terão 02(dois) anos de mandato, **PODENDO** ser reconduzidos ao cargo, por igual período uma única vez.



PARÁGRAFO ÚNICO – As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante e de caráter voluntário.

Art. 7º -O poder executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Seções, 07 de Março de 2017.

Amarildo Portes
Vereador



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Hoje Almirante Tamandaré infelizmente é a **4ª cidade do Estado em criminalidade, e a 33ª do País.**

Dados estatísticos mostram que aonde o CONSEG foi implantado, o índice de criminalidade diminuiu consideravelmente, e em alguns casos a situação de uso e tráfico de drogas foram extintos nas localidades em questão.

O CONSEG é uma instituição com CNPJ, estatuto e autonomia próprios, porém atua diretamente entre as forças policiais, a sociedade e o governo, facilitando, integrando e prevenindo.

Temos na figura do Capitão Deoclécio Aires Barbosa, atual responsável pelo policiamento em nossa cidade, um estrategista e estudioso da área de Segurança Pública. Tendo participado do CONSEG de Pinhais, sua experiência nesta questão será de fundamental importância para o êxito da implantação de nosso **CONSEG**.

Precisamos nos articular, planejar e colocar em prática novos e atuais mecanismos, para mudarmos esta realidade.

Certo da apreciação e aprovação de meus nobres pares, peço mui respeitosamente pela acolhida deste projeto de lei.

É a Justificativa.

Sala das Sessões, 07de Março de 2017.

AMARILDO PORTES
Vereador